

# A DEMOCRACIA NA CHINA

## LIVRO BRANCO OU LIVRO EM BRANCO?

Xulio Ríos

**H**á três grandes hipóteses a respeito da evolução do regime político vigente na República Popular da China (RPC). A primeira implica uma evolução à taiwanesa, quer dizer, antecipa que a consolidação do processo de crescimento económico do país seja acompanhada, mais tarde ou mais cedo, por uma reforma política profunda que incluiria o abandono do actual sistema para adoptar o pluralismo e as regras de jogo próprias das democracias ocidentais. No âmbito económico, a experiência de Taiwan esteve sempre muito presente na visão da reforma das autoridades continentais, que compartilham a ideia de que só a partir de um determinado nível de riqueza e bem-estar (um nível de vida modestamente acomodado, segundo a terminologia oficial) se poderia pensar em iniciar a «quinta modernização». O processo seguido em Taiwan, ainda mais agora depois do reencontro entre o Partido Comunista da China (PCCh) e o Kuomintang (KMT) na sequência da reunião histórica entre Hu Jintao e Lien Chan, no passado dia 29 de Abril, poderia até inspirar e facilitar esta hipótese<sup>1</sup>.

A segunda hipótese propõe a actualização histórica do sistema confuciano, optando pelo estabelecimento de uma autocracia singular. Desta forma, a actual burocracia, vertebrada e animada pelo PCCh, tomaria a forma de um novo mandarinato, realçando as virtudes da civilização chinesa e dos valores asiáticos, sem deixar de adaptar alguns contributos ocidentais. Essa transformação mobilizaria o discurso nacionalista e as referências culturais da harmonia e do equilíbrio, sem admitir um pluralismo efectivo ou a possibilidade da alternância no poder. Do maoísmo ao neoconfucianismo através do interclassismo, o PCCh concretizaria finalmente a verdadeira identidade do seu projecto revolucionário: o nacionalismo.

A terceira hipótese é o socialismo com características chinesas, isto é, seguindo algumas teses oficiais, que o PCCh, depois de dar uma volta pelo capitalismo, sem renunciar aos «quatro princípios» (perseverança na via socialista, vigência da ditadura do proletariado, manutenção da direcção do processo pelo PCCh e vigência do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tsé-tung), consiga concretizar, no quadro de um sistema de economia mista com predomínio do controlo estatal e público, um regime político ideologicamente oposto ao modelo de democracia ocidental.

## **O LIVRO BRANCO SOBRE A DEMOCRACIA NA CHINA**

Com estas hipóteses como pano de fundo, no passado dia 19 de Outubro de 2005 anunciou-se a publicação do documento sobre a «Construção da Democracia Política da China»<sup>2</sup>, um texto com dez capítulos, um prefácio e uma conclusão final, que, no decorrer das suas mais de setenta páginas, insiste, nomeadamente, na defesa do regime vigente como o mais adequado para a China do presente. Não se trata pois de explicitar um programa de reforma, mas de explicar a opção sistémica dos actuais governantes, dirigindo-se expressamente àqueles que, no exterior, formulam e inspiram medidas de pressão para condicionar a sua evolução futura. Na verdade, trata-se de um livro branco sobre o regime político e o seu funcionamento, que defende as suas vantagens e os méritos das suas estratégias.

O prefácio e os dois primeiros capítulos insistem na argumentação que justifica o regime existente na RPC, incluindo o domínio do PCCh, em função da própria evolução histórica. Sem o PCCh, o povo chinês não teria podido abandonar o feudalismo, nem superar os grandes cataclismos dos séculos XIX e XX. Foi o PCCh que propiciou o reencontro da sociedade chinesa com as suas melhores tradições e que permitiu que a sociedade tomasse conta do Estado para o transformar num instrumento ao seu serviço. Neste sentido, o PCCh é a força de vanguarda que conquistou o poder para o exercer em nome do povo. A visão e a análise que se concretizam nestes dois capítulos assentam na concepção tradicional do marxismo, enunciando o argumento principal para a defesa do monopólio comunista do poder político.

Os capítulos III, IV, V e VI explicam os principais sinais de identidade do regime através da valorização dos quatro traços institucionais que consideram mais relevantes e «democráticos». Em primeiro lugar, a Assembleia Popular Nacional (APN), onde reside o poder legislativo e a soberania popular, uma entidade constituída por uma só câmara e representativa do país no seu todo. Em segundo lugar, o sistema de consultas e participação dos demais pequenos partidos, um total de oito, que, sob a direcção do PCCh, definem as políticas essenciais na chamada Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. A existência desta estrutura determina que o regime não prevê de modo nenhum a possibilidade da alternância, mas apenas a comparticipação no exercício do poder, naquelas matérias e âmbitos que o PCCh entende apropriados. Em terceiro lugar, o sistema de autonomias territoriais que permitem às nacionalidades minoritárias exercerem o seu próprio governo e que constituem a expressão mais cabal da capacidade do PCCh para segurar a sempre difícil convivência multiétnica. Por último, os comités de aldeia, exemplo de vitalidade da democracia de base, âmbito que o PCCh privilegia para potenciar o enraizamento das práticas democráticas, promovendo a educação cívica e a proximidade entre representantes e representados. Apenas no nível da base, entende o PCCh, é possível praticar a democracia directa. Num país tão populoso como a China, com níveis de educação ainda tão baixos, a democracia indirecta é indispensável para os órgãos de níveis médios e superiores.

Os quatro capítulos finais tratam de argumentar que o comportamento do PCCh e do Governo é plenamente democrático. O PCCh está orientado para o exercício democrático do poder político. O Governo e o sistema judicial esforçam-se por actuar em conformidade com critérios claramente democráticos. Os direitos humanos são cada vez mais respeitados, nomeadamente no campo económico... A conclusão inevitável é que o regime existente é o que se adapta melhor às condições específicas da RPC e às exigências contemporâneas do processo de reforma e modernização. O regime construído pelo PCCh é a base da estabilidade política sem o qual não se poderia garantir a soberania nacional ou a prosperidade económica.

Resumidamente, o livro, que fala muito pouco dos problemas, incide, quiçá em excesso, nas supostas vantagens do regime vigente, que são defendidas em função das circunstâncias, tanto históricas como presentes do país. Portanto, na China, e devem compreendê-lo assim no exterior, é necessário um poder político forte, com um interesse e uma missão clara em favor da unidade do país e virado para a mobilização de uma população muito numerosa, a fim de evitar os riscos de desintegração. É verdade que o sistema não é perfeito, mas também é verdade que a evolução não pode ser feita num só dia, e tudo irá sendo transformado de forma progressiva, passo a passo, num processo que deverá servir para reforçar as bases do poder do PCCh.

A linha seguida pelo Livro Branco assenta nos quatro princípios irrenunciáveis formulados por Deng Xiaoping, embora estes já não sejam citados expressamente. De facto, a aposta na via socialista e a insistência no monopólio comunista do poder, constituem os eixos menos discutíveis do futuro político da RPC e isso explica, em parte, o grande vazio e a ausência de novidades em termos

programáticos. Sem renunciar a uma tímida vocação de mudança, os princípios incontornáveis são mais claros do que as medidas concretas de reforma a implementar e, sobretudo, o texto formula uma exigência de reconhecimento externo, não

da perfeição do sistema, mas da sua adequação às singularidades chinesas. Fica uma porta entreaberta para prudentes e lentas reformas, mas que só serão bem recebidas e favorecidas se permitirem fortalecer e melhorar a imagem e a liderança do PCCh. Essa é, nos dias de hoje, a essência da reforma política que pode inspirar a liderança chinesa. Para o professor Fang Ning, subdirector do Instituto de Ciência Política da Academia de Ciências Sociais da China, são três os pontos de destaque deste Livro Branco<sup>3</sup>. Primeiro, a equiparação entre construção democrática e Estado de direito. Em menos de três anos, ressalta, a APN e o Conselho de Estado elaboraram e promulgaram numerosas leis e regulamentos orientados para promover e fortalecer a construção da democracia política, que deve assentar no respeito pela lei, um processo que na China carece ainda de enraizamento social suficiente. Fang Ning fala de avanço e desenvolvimentos rápidos

A LINHA SEGUIDA PELO LIVRO BRANCO ASSENTA NOS QUATRO PRINCÍPIOS IRRENUNCIÁVEIS FORMULADOS POR DENG XIAOPING, EMBORA ESTES JÁ NÃO SEJAM CITADOS EXPRESSAMENTE.

nesta matéria, de novos conceitos, de novas medidas que procuram estabelecer, desde o centro até às múltiplas localidades do país, uma nova relação entre o poder e a cidadania, assente na ideia de legalidade. Essa tendência, que exige um grande esforço de síntese e de ordenamento, pressupõe uma mudança cultural profunda na mentalidade chinesa e é a base indispensável para construir um Estado de direito.

Em segundo lugar, Fang Ning considera que o Livro Branco contribui para dissipar dúvidas, dentro e fora do país, acerca do «mal-entendido» que supõe pensar que, enquanto a reforma económica avança de forma ininterrupta e sustida, o desenvolvimento político está atrasado. Para este professor chinês, a chave desse mal-entendido tem origem na incompreensão relativamente ao conceito chinês de democracia. Segundo Fang Ning, a democracia lançou raízes na China, mas não se pode medir com critérios ocidentais. Aliás, assevera, não seria possível manter um ritmo de crescimento económico tão elevado nos últimos vinte e cinco anos sem a garantia da existência de uma democracia política e um desenvolvimento social estáveis. Para entender adequadamente a ideia chinesa da democracia, Fang Ning insiste em três pontos: reconhecer a legitimidade da direcção de um PCCh que garanta o pleno respeito pela soberania popular; compreender que a construção da democracia política na China deve ser o resultado da síntese entre a experiência própria e a experiência internacional; e, finalmente, a exigência de ter em conta a realidade do país para diferenciar o que a democracia chinesa deve ter de particular e em comum com o resto das sociedades democráticas. Diz Fang Ning que a essência da democracia não decorre das suas formas externas mas da sua capacidade para exprimir os anseios de uma sociedade concreta. Por isso, só uma democracia capaz de impulsionar o desenvolvimento e o progresso do país corresponde cabalmente à realidade da China.

### **BASES PARA UMA EVOLUÇÃO DO REGIME POLÍTICO**

É indiscutível que a China está cada vez mais inserida na economia mundial. Segundo assinalava, no passado Novembro, Zhang Licuan, directora da divisão de estatística da Administração Geral de Alfândegas, o volume das trocas externas que, em 1995, significava 40,2 por cento do PIB, atinge agora 70 por cento<sup>4</sup>. Segundo os seus dados, a economia chinesa representa 10 por cento do crescimento global (embora o seu PIB apenas represente quatro por cento do produto mundial), 6,5 por cento das exportações e 12 por cento das trocas comerciais mundiais. Segundo Zhang, as importações chinesas permitiram criar 10 milhões de empregos no exterior. E, se bem que os dados possam ser objecto de discussão, não se pode deixar de reconhecer a inserção e o papel crescente da China na economia mundial. Por isso, também a China é mais vulnerável à evolução exterior e, ao invés, a evolução chinesa pode hoje ter fortes repercussões no mundo.

Mas a economia chinesa não só cresce internamente e evolui na sua relação com o mundo. Também avança na sua diversificação interna. Em finais de Setembro de 2005, existiam mais de quatro milhões de empresas privadas, representando já mais da

metade do número total de empresas do país. Essa pluralidade de formas de propriedade é a base de uma mudança significativa na estrutura social, em que os proprietários e os novos-ricos prevalecem sobre os trabalhadores assalariados. Nenhum dirigente sindical faz parte hoje do Comité Permanente do Bureau Político. Os novos sectores sociais terão os mesmos interesses que os assalariados? Só o projecto nacionalista os une. Os seus interesses de classe são diversos. O PCCh assumiu a «teoria das três representações» para justificar a harmonização dos interesses no interior das suas estruturas e evitar que cada um possa sentir a tentação de se organizar de forma alternativa. Pode ter sucesso este esforço? Por quanto tempo? Pode haver um deslocamento da iniciativa política para estes novos colectivos que os torne a principal referência na evolução do sistema político chinês?

OS NOVOS SECTORES SOCIAIS TERÃO  
OS MESMOS INTERESSES QUE OS ASSALARIADOS?  
SÓ O PROJECTO NACIONALISTA OS UNE.  
OS SEUS INTERESSES DE CLASSE SÃO DIVERSOS.

A economia influi sobremaneira, mas a chave da evolução do regime permanece no PCCh. É bem sabido que a soberania formal reside na APN, que se reúne durante duas semanas no mês de Março de cada ano, deixando nas mãos de um Comité Permanente, constituído por cerca de 300 membros, as tarefas legislativas básicas e habituais durante o resto do tempo. Poderia ser discutível essa «redução» do poder legislativo, que dificilmente pode representar um país de mais de 1300 milhões de pessoas. Mas, na verdade, essa questão pouco importa, uma vez que a deformação substantiva transcende a questão numérica: o poder real pertence à direcção do PCCh, que não é livremente eleita pelos cidadãos. É o PCCh quem previamente decide os assuntos fundamentais que só depois são legitimados pelos órgãos do Estado, através de um simulacro democrático que funciona sem fissuras.

Todo o poder está nas mãos dos 25 membros do Bureau Político (dos quais nove pertencem ao seu Comité Permanente), e de um grupo de não mais de 200 dirigentes que gerem os assuntos principais do país. Este reduzido e opaco colectivo compartilha uma ideia clara: o actual regime é indispensável para manter a estabilidade no país, o único capaz de encaminhar adequadamente os riscos sociais e os desafios existentes a todos os níveis neste tempo ainda de transição e necessário para garantir um desenvolvimento permanente, impedindo que as actuais contradições do modelo possam provocar o caos. A direcção chinesa está verdadeiramente unida nesta matéria? Em Junho e Julho de 2005, voltou a falar-se na existência de tensões políticas entre reformadores e conservadores, mas os contornos da polémica referiam, nomeadamente, a intensidade e velocidade do processo de consolidação do novo poder representado por Hu Jintao e Wen Jiabao, as duas figuras que contam com melhor imagem pública, tanto no interior, como no estrangeiro.

Só quando Jiang Zemin, em Setembro de 2004, apresentou a sua demissão da Comissão Militar Central, se pôde confirmar que Hu Jintao, eleito secretário-geral do PCCh, em Novembro de 2002, tinha passado a ser o número um indiscutível do sistema político

chinês. Igualmente revelador é o facto de Zeng Qinghong, homem da confiança de Jiang, não ter passado a fazer parte da Comissão Militar, de modo que o seu peso político como rival de Hu ficou reduzido. Primeiramente, Hu decidira assumir pessoalmente a presidência dos «Grupos Centrais Dirigentes» mais importantes (Economia e Finanças, Assuntos Externos e Taiwan), em detrimento das posições de Zeng Qinghong. Por último, a convocação de peritos militares para as sessões de estudo do Bureau Político, com o pedido de o informarem regularmente sobre as mais variadas questões, aceleraram a demissão de Jiang Zemin dos seus cargos de comando político do Exército Popular de Libertação.

A principal base de apoio de Hu encontra-se na Liga das Juventudes Comunistas (LJC). Desde finais de 2002, várias dezenas de quadros da LJC foram promovidos nas províncias ou no centro a postos de interesse para Hu, como a luta anticorrupção, as direcções de pessoal, ou os órgãos disciplinares do partido. Paralelamente, Hu tem-se preocupado em criar uma imagem própria, bem diferente da do seu predecessor, invocando as tradições revolucionárias do partido e do serviço ao povo, exprimindo a sua sensibilidade em temas como o desemprego, a melhoria dos rendimentos dos camponeses ou a segurança nas fábricas e nas minas. Hu também realizou viagens simbólicas a lugares que constituem referências históricas de Mao, no que poderia ser interpretado como um convite ao rearmamento ideológico, mas também com o intuito de desacreditar as tentativas externas que visavam ligar o novo secretário-geral à ocidentalização e ainda de exprimir simpatia para com as reivindicações de igualdade que emergem em numerosos sectores da sociedade chinesa, nomeadamente no campo, que foram símbolo da controversa gestão maoísta.

Será este o líder carismático que é aguardado no Ocidente, capaz de inovar com autoridade no âmbito ideológico e político e comandar a transição da RPC? Temendo que uma democratização à moda ocidental ponha em risco a liderança do PCCh, Hu Jintao tem proclamado a necessidade de orientar os esforços da sociedade chinesa para a criação de um todo harmonioso, um objectivo muito confuciano e afastado dos tradicionais pre-

ceitos maoístas. Foi essa a prioridade definida na 5.<sup>a</sup> sessão plenária do XVI Comité Central do PCCh, reunido em Pequim entre 8 e 10 de Outubro de 2005.

Alguns analistas têm notado que o novo Plano Quinquenal (2006-2010) aprovado nessa sessão<sup>5</sup> vai introduzir mudanças revolucionárias no modelo de desenvolvi-

mento actual, intensificando a necessidade de mais reformas, para atingir uma maior equidade. Em 2005, 150 milhões de chineses continuam a viver com menos de um dólar por dia. O aumento das diferenças de rendimento suscita muita inquietação na China e o conceito de «desenvolvimento científico», promovido por Hu Jintao, põe em relevo a

HU JINTAO TEM PROCLAMADO A NECESSIDADE DE ORIENTAR OS ESFORÇOS DA SOCIEDADE CHINESA PARA A CRIAÇÃO DE UM TODO HARMONIOSO, UM OBJECTIVO MUITO CONFUCIANO E AFASTADO DOS TRADICIONAIS PRECEITOS MAOÍSTAS.

dinamização dos serviços sociais e o estabelecimento de uma sociedade harmoniosa. Ambos os elementos são pilares para reduzir a divisão ricos – pobres e campo – cidade. O conceito de «desenvolvimento científico» deve guiar a construção da sociedade harmoniosa, segundo Yan Shuhan, professor na Escola Central do PCCh, pois vai permitir um crescimento contínuo, são, rápido e coordenado<sup>6</sup>.

O alcance da proposta levou o professor Ye Duchu, também da Escola Central do Partido, a falar de um «novo começo»<sup>7</sup>. Nos vinte e sete anos de reforma, o princípio orientador tem sido a ideia de Deng Xiaoping de que é preciso «deixar uma parte da sociedade enriquecer primeiro»; agora trata-se de inverter essa tendência de modo a que a prosperidade comum se torne o eixo básico do novo período, para evitar a polarização social, o aumento do desemprego, as diferenças entre zonas rurais e urbanas e entre territórios, bem como o agravamento das contradições sociais. Caso contrário, as tensões sociais vão aumentar e pôr em causa o desenvolvimento. O acento tónico passou a estar nos problemas sociais. Hu fala em prestar atenção às «cinco coordenações»: entre o desenvolvimento das cidades e do campo, entre as regiões, entre os progressos económico e social, entre o crescimento e a protecção do ambiente, entre a emergência interior e a abertura ao mundo externo.

Devem esperar-se novidades na política chinesa? Os dirigentes chineses, além de quererem manter a supremacia do PCCh, precisam de garantir a unidade da direcção, pois não esquecem o elevado preço que foi pago pelas divisões internas. Essa orientação marca os limites e a natureza de qualquer mudança na ordem política. Mais do que nunca pesa hoje a tradição chinesa de evitar a confrontação cara a cara. Sem consenso não haverá mudanças.

Três elementos podem concretizar as preocupações principais dos dirigentes chineses na construção política. Em primeiro lugar, garantir uma maior eficácia e eficiência no trabalho de governo e administração. Quando Wen Jiabao refere as transformações na estrutura administrativa, que considera um assunto-chave para aprofundar na actual política, está a referir substancialmente a separação de funções face às empresas, aspecto em que se tem avançado pouco. O Governo quer reservar-se como função essencial o controlo geral da economia, deixando as empresas actuar com autonomia no mercado. Wen insiste também na ideia de manter a propriedade pública como dominante (nas pequenas e médias empresas de propriedade estatal introduzir-se-á o sistema de acções, prosseguindo a diversificação de investidores e direitos de propriedade nas demais, incluída a propriedade colectiva), embora se admitam e potenciem outras formas paralelas.

Em segundo lugar, a luta contra a corrupção. Em Janeiro de 2005, Hu anunciou uma nova ofensiva anticorrupção: a honestidade é essencial para manter a capacidade para governar, segundo disse numa reunião plenária da Comissão Central de Inspecção e Disciplina do PCCh. A corrupção é a maior hipoteca e o maior perigo para o enfraquecimento da base do partido, que considerou necessário impor um sistema de prevenção,

de sanção e de educação. Hu tem evocado em numerosas ocasiões o seu compromisso com a erradicação dos abusos da burocracia que provocam um notável mal-estar entre a população, mas em momento algum formulou a necessidade de elaborar propostas de estabelecimento de contrapesos que dificultem a corrupção, o abuso de poder e a opacidade. A corrupção é o problema subjacente às catástrofes nas minas de carvão que custaram milhares de vidas. Mas não se soluciona o problema com a aplicação de medidas severas aos responsáveis locais. São também precisas medidas de transparência que inspirem confiança e alertem a sociedade, que permitam aos trabalhadores contar com espaços de denúncia relativamente às situações que representam um risco para a segurança no trabalho. E sem meios de comunicação social com maior margem de liberdade, os sindicatos com maior nível de autonomia, ou uma justiça independente do PCCh, sempre haverá dúvidas no que diz respeito à sinceridade desse objectivo, na sombra dos conflitos de poder subterrâneos.

Em terceiro lugar, a democracia interna. Quando, em Julho de 2003, Hu Jintao pronunciou o seu discurso no aniversário da fundação do PCCh, muitos dos apoiantes das reformas sentiram-se defraudados. Umhas semanas antes, a revista teórica *Qiushi* falava num programa de democracia interna, orientado para o fortalecimento do partido. Alguns pensaram que Hu Jintao podia anunciar a convocação de eleições internas, uma maior separação entre Estado e partido, e até uma redefinição das relações do PCCh com os meios de comunicação. Mas não houve nada disso: só tributos de reconhecimento a Jiang Zemin e apelos à correcção das desigualdades sociais. Uma parte dos reformadores admitiu que a correlação de forças internas não lhe devia ser ainda suficientemente favorável, mas que, contudo, o novo secretário-geral estava convencido da necessidade de promover transformações democratizadoras.

O tempo podia ter dado razão aos que pensavam desta maneira. Segundo o *Diário do Povo* de 26 de Setembro de 2005, o modo de eleição dos secretários do partido das aldeias estaria a evoluir na província de Shandong. Mais de 92 por cento dos 81 mil secretários de partido de aldeia da província, que foram eleitos ou reeleitos, teriam sido referendados pela população segundo um novo procedimento experimental. A eleição directa dos chefes de aldeia (subordinados ao secretário do partido) que se teria generalizado nos últimos anos, desencadeou rivalidades ou conflitos de competência, de maneira que o chefe da aldeia eleito pela população, mas com pouco poder, enfrentava o secretário do PCCh do mesmo nível, eleito por um pequeno número. Em Shandong fomentara-se a participação nas eleições para secretário do PCCh nas 5384 aldeias onde a votação teve lugar nesse ano e 20 por cento dos secretários foram removidos do seu cargo pela aplicação do novo sistema.

A degradação das relações entre a população, nomeadamente rural, e os quadros locais é um factor de preocupação para Pequim. Por isso o PCCh tenta experimentar a participação popular na eleição dos secretários do partido nas aldeias. O seu objectivo consiste em revalidar a sua autoridade e consolidar em maior grau a base de poder do partido.



## O FUTURO

No oitavo encontro UE – China, que teve lugar a 5 de Setembro de 2005, o primeiro-ministro Wen Jiabao, falou nas intenções de promover reformas democráticas a curto prazo. Wen, com uma imagem bem consolidada de reformista moderado, disse que dentro de dois anos poderiam ter lugar eleições directas ao nível das aldeias em todo o país. Jiang Zemin rejeitara esta ideia, que pode constituir uma das «surpresas» políticas de mais destaque do XVII Congresso do PCCh, previsto para se reunir em 2007, em vésperas dos Jogos Olímpicos.

Um pequeno passo importante nessa direcção é a decisão adoptada em Setembro de 2005 e que contribuirá para diminuir o número de execuções. O Tribunal Supremo da China será agora a última instância de apelo nos casos de condenações à morte. A atribuição da pena de morte estava delegada nos Tribunais Provinciais, o que permitiu graves abusos por deficiências em matéria de formação dos magistrados e pela influência da corrupção. Espera-se que os tribunais possam decidir com mais independência e maior nível de especialização num assunto que prejudica a imagem internacional da China.

O último dado a ter em consideração no conjunto de indícios que podem dar credibilidade a uma maior abertura do regime foi a a homenagem a Hu Yaobang, secretário-geral do PCCh até Janeiro de 1987, por ocasião do 90.º aniversário do seu nascimento. Hu Yaobang é considerado por muitos como o símbolo da abertura e de uma evolução prudente do regime. Morreu em Abril de 1989, quando o movimento estudantil iniciava a sua trágica ascensão. A homenagem teve carácter privado e celebrou-se com Hu Jintao fora do país, participando numa reunião da APEC na Coreia, e o discurso foi pronunciado por Zeng Qinghong. Alguns observadores consideram que a iniciativa constitui um mero gesto oportunista, para se servir da popularidade de Hu Yaobang num momento em que as tensões sociais parecem estar a aumentar; outros, no entanto, consideram que poderia tratar-se de uma expressão da vontade da actual direcção de pôr fim à rigidez política, afirmando a sua unidade em torno de lideranças que no passado não contaram com o devido reconhecimento.

De qualquer forma, à vista deste Livro Branco, a democratização não é uma prioridade na China dos dias de hoje. Por outro lado, a China não vai imitar outros modelos e insistirá na experimentação de fórmulas específicas, adaptadas às exigências de subsistência do regime vigente. Perderá consistência o autoritarismo à medida que se desenvolva a economia? Muito gradualmente, e num horizonte temporal mais longo do que curto. No seu último relatório anual sobre o estado da economia, a Academia Chinesa de Ciências Sociais assevera que a China só será um país desenvolvido em 2080<sup>8</sup>. É preciso muita paciência para que essa lógica possa resistir tanto tempo ao impacto das múltiplas tensões geradas pelo processo de reforma. RI

TRADUÇÃO: CARLOS GASPAR

## NOTAS

<sup>1</sup> RÍOS, Xulio – «PCCh-KMT: Encuentros en la tercera fase». In *Agencia de Información Solidaria*, 29 de Abril de 2005.

<sup>2</sup> Xinhua [agência oficial do Governo da República Popular da China], 19 de Outubro de 2005. Pode consultar-se em <http://french.china.org.cn/french/200630.htm>

<sup>3</sup> Em *Beijing Information*, n.º 40/2005.

<sup>4</sup> Xinhua, 11 de Novembro de 2005.

<sup>5</sup> Pode consultar-se em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/31616/3739893.html>

<sup>6</sup> *Renmin Ribao* (órgão oficial do Partido Comunista chinês), 29 de Setembro de 2005.

<sup>7</sup> *Ibidem*, 25 de Outubro de 2005.

<sup>8</sup> *Ibidem*, 18 de Fevereiro de 2005.